



Federal Judicial Center

“promover o desenvolvimento e adoção de melhores práticas de administração judicial” por meio de educação e pesquisa”



Sistema Judiciário dos EUA

- Federal
 - Constituição Federal (Artigos I e III)
 - Congresso Nacional (juízos de instâncias inferiores, jurisdição)
- Estados
 - 50 Estados (e D.C., e Porto Rico)
 - Constituição e leis estaduais
 - Sistemas judiciários independentes

Maioria das leis dos EUA = leis estaduais
Mais de 90% dos casos ocorrem em tribunais estaduais



Tribunal Distrital dos EUA e de Falências em Laredo, TX



Supremo Tribunal de Tennessee em Nashville, TN

Jurisdição: Tribunais Estaduais

- Disputas contratuais
- Relações domésticas
- Danos Pessoais
- infrações criminais estaduais
- Reclamações constitucionais estaduais
- Reclamações constitucionais federais

Muitos estados têm tribunais especializados, incluindo: domésticos, juvenis, drogas, impostos, trânsito



Jurisdição: Tribunais Federais

- Matéria

- Constituição e leis dos EUA (incluindo casos criminais e civis)
- Tratados
- Falências, alfândega, patentes, direito marítimo, comércio internacional

- Partes

- Governo federal ou estadual
- Embaixador ou autoridade pública
- Países estrangeiros

- Conflito de Competência

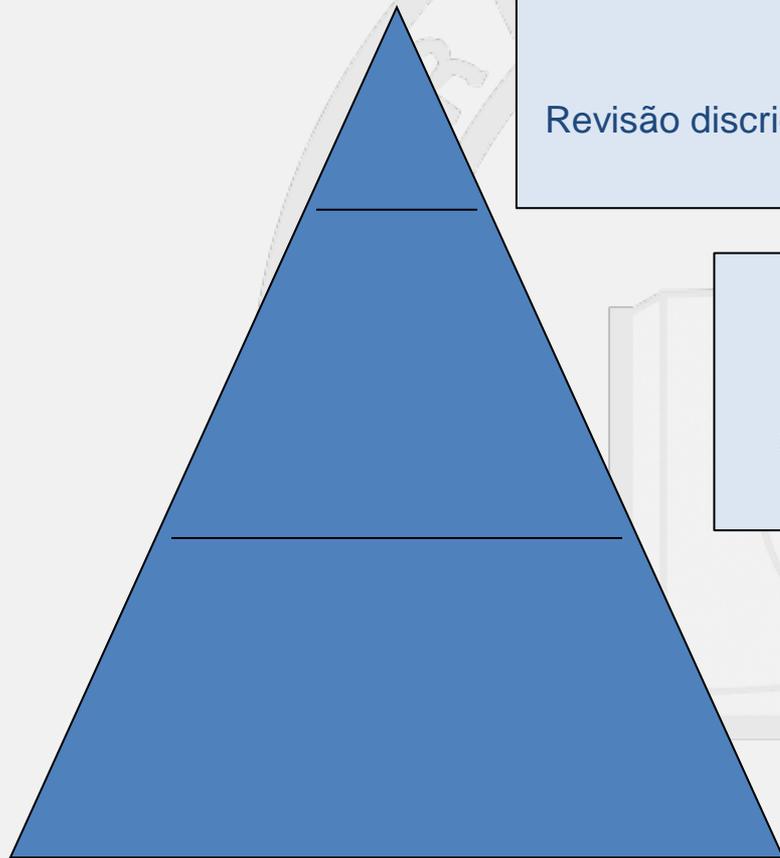
- Cidadãos de diferentes estados e valores > US\$75,000



Estatísticas: Federal - Estado

	FEDERAL	ESTADO
Juízes	1,737	30,377
Casos Criminais <i>(primeira instância)</i>	91,964	20,437,849
Casos Civis <i>(primeira instância)</i>	271,950	18,980,531
Especializados <i>(maioritariamente falências e reclamações federais)</i>	1,170,324	64,061,968 <i>(juvenis, relações domésticas, trânsito, etc.)</i>
Recursos	56,453	272,975

Estrutura do Tribunal Federal



Supremo Tribunal

9 Magistrados

Revisão discricionária * Quatões de Direito * Nenhuma opinião consultiva

Casos: Petições: 7,509; Revisão Total: 77

Tribunais de Recursos

179 Juízes em 13 Circunscrições

6 a 28 Juízes por Circunscrição

3 painéis de juízes ouvem questões de direito

Casos arquivados: 57,501

Tribunais Distritais

678 Juízes em 94 Distritos

2 a 27 Juízes por Distrito

Casos arquivados: 363.914

Tribunais especializados: Círculo federal, falência, comércio internacional, reclamações federais, forças armadas, veteranos, impostos, tribunais de agência administrativos (*por exemplo, imigração, segurança social*)

*Os números referem-se a Juizados autorizados

A Profissão do Direito

- Estudos de Direito

- Diploma universitário: 4 anos, formação geral
- Universidade de Direito: 3 anos
 - Obrigatórias: processo civil, direito constitucional, direito penal, provas, propriedade, responsabilidade civil, redação jurídica, responsabilidade profissionais
 - Opcionais: direito comercial, propriedade intelectual, direito do trabalho, direito da saúde, direito internacional, treinamento de advogados, etc.



Faculdade de Direito de Harvard

- Inscrição em Ordem de Advogados ("Bar")

- Exame
- Admissão em Ordens Estaduais de Advogados ("State Bar")
 - Diploma expedido por universidade de direito credenciada
 - 203 universidades de direito credenciadas em funcionamento nos EUA (alguns estados aceitam universidades não-credenciadas)
 - Formação jurídica contínua para advogados (exigida por 45 estados)

- Áreas de Atuação

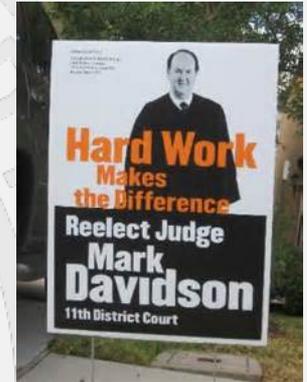
- Setor Privado (escritórios de advocacia, empresas, ONG, fundações, etc.)
- Setor Público (governo, poder judiciário, legislativo)

Gabinete Judicial: Elegibilidade

- Não há exame
- Poucos critérios formais de seleção
- Treinamento
 - Federal:
 - Não há obrigação de treinamento pré-judicial
 - Reciclagem judicial contínua voluntária
 - Estadual:
 - Treinamento pré-judicial obrigatório: 28 estados
 - Reciclagem judicial contínua e obrigatória: 43 estados
- Origem dos candidatos selecionados:
 - Advogados militantes (público e privado)
 - Tribunais estaduais
 - Tribunais federais inferiores
 - Mundo acadêmico

Seleção judicial: Estado

- Os métodos variam consoante o Estado:
 - Eleição (33 Estados)
 - Eleições populares
 - Partidária (12) ou apartidária (21)
 - Nomeação pelo governador
 - Comissões de seleção por mérito
 - Eleições de "Retenção"
 - Nomeação por legislatura (2 Estados)
- Mandatos renováveis
 - Geralmente de 2 a 14 anos
 - Reforma obrigatória em 33 Estados
 - Geralmente dos 70 aos 75 anos
(em Vermont aos 90 anos)



Seleção Judicial: Artigo Federal III

- Nomeados pelo Presidente e confirmados pelo Senado

- Recomendação: legisladores, outros
(geralmente do mesmo partido político do Presidente)
- Investigação: Casa Branca, Ministério da Justiça, FBI
- Nomeação: Submetido pelo Presidente ao Senado
- *Revisão: American Bar Association (sem exigência legal, não vinculatório)*
- Audiência: Comitê Judiciário do Senado
- Voto: Senado



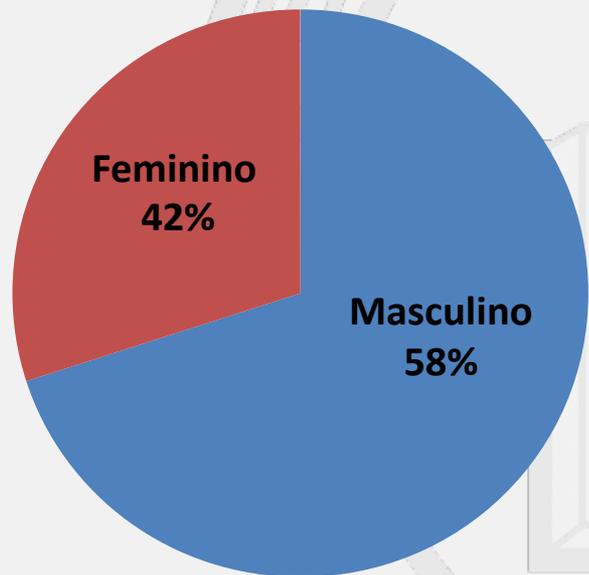
- Cargo vitalício (*"enquanto bem servirem"*)

Artigo I Juízes designados para mandatos limitados, mas renováveis

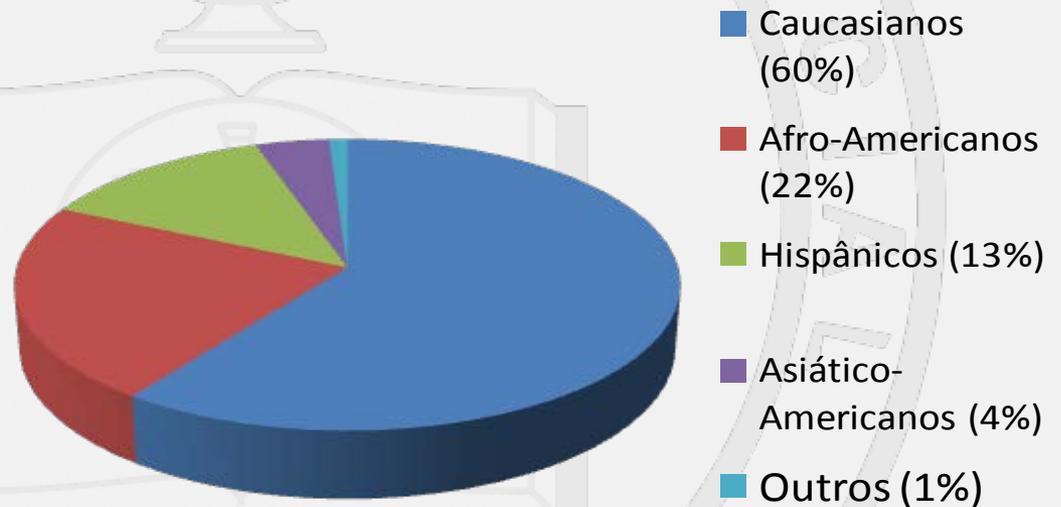
- *Juízes de falências nomeados pelo Tribunal de recursos para um mandato de 14 anos*
- *Juízes magistrados nomeados pelo Tribunal Distrital para um mandato de 8 anos*
- *Juízes do Tribunal de reclamações nomeados pelo Presidente para um mandato de 15 anos*

Diversidade nos Tribunais Federais

Sexo



Raça



* *Juízes Ativos Artigo III; Centro Histórico FJC (2014)*

Juízes Federais: *Chief* e *Sênior*

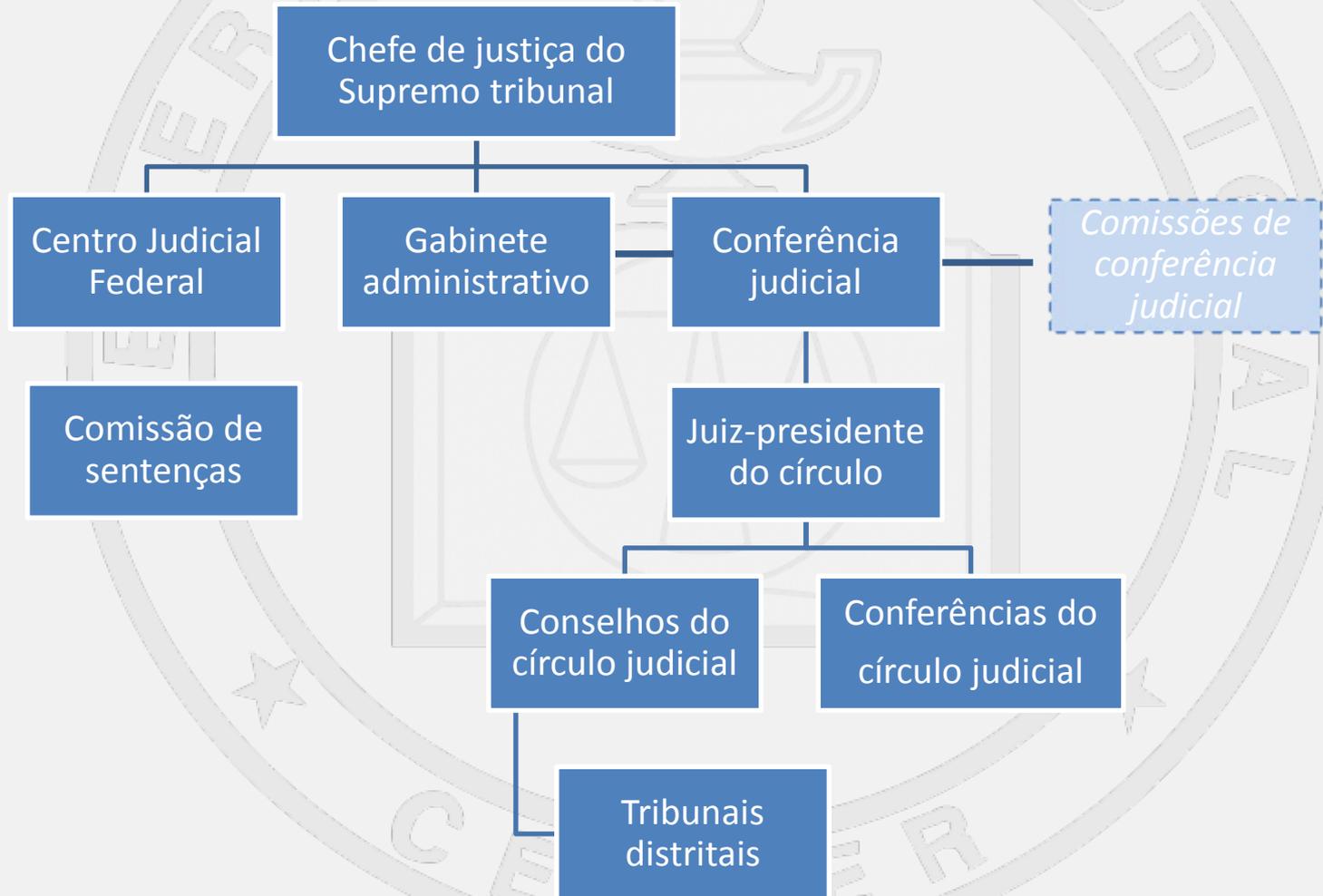
- **Chief Justice** (Ministro-Presidente do Supremo)
 - Nomeado pelo Presidente e confirmado pelo Senado
 - Deveres: Presidir sessões, conferência judicial, AO, FJC, Smithsonian, National Gallery of Art
- **Chief Judge** (Juiz-Presidente) (*Tribunais de Recursos, Distritais, Falências*)
 - Nomeado por tempo de trabalho (*tempo em tribunal*)
 - Mandato de 7 anos
 - Supervisiona a administração do tribunal
 - Delega atividades ao Escrivão do Tribunal
 - Pode ter carga reduzida de casos
- **Juiz Sênior** (*opcional*)
 - Elegibilidade: 65 anos de idade
 - Regra: idade + anos de serviço = 80
 - Carga reduzida de casos



Pessoal do Tribunal Federal

- Tribunal de primeira instância (Distrito)
 - Escrivão do Tribunal
 - Outros membros do pessoal administrativo (+/- 80 num tribunal de média dimensão)
 - Advogados Pro se
 - Funcionários de câmaras: 2 assistentes de juiz, secretário
- Tribunal de recurso
 - Círculo executivo
 - Escrivão do Tribunal
 - Outros membros do pessoal administrativo (+/- 70 num tribunal de média dimensão)
 - Advogados do Pessoal
 - Advogados de conferência
 - Funcionários de câmaras: 4 funcionários de justiça, 2 secretários

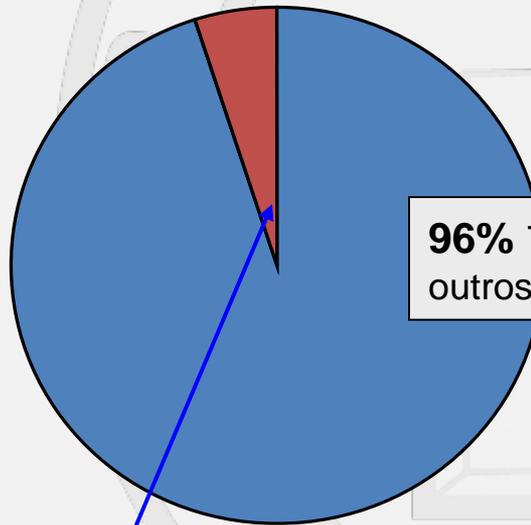
Administração Judicial Federal



Financiamento dos Tribunais Federais

Orçamento do Judiciário Federal: US\$6.5 bilhões (Ano Financeiro 2014)

(menos de 1/5 de 1% do orçamento nacional)



96% Tribunais de Recurso, Tribunais Distritais, outros serviços judiciais

4% Supremo Tribunal, Círculo Federal, Trib.de Comércio Internacional, Dept. Administrativo, FJC, Comissão de Sentenças

Salários Judiciais (2014)

Supremo Tribunal:	\$244.400 (Min: \$255.500)
Tribunais de Recurso:	\$211.200
Tribunal Disstrital:	\$199.100
Falências/Juíz Magistrado:	\$174.000

Avaliação de desempenho judicial

- Responsabilidade
- Melhorar o desempenho
 - Informar educação judicial
- Critérios: neutros e quantificáveis
 - Conhecimento jurídico, integridade, imparcialidade, capacidades de comunicação (escritas, orais), profissionalismo, temperamento, capacidades administrativas
- Os métodos de implementação variam
 - Mecanismo: legislação, regra do Tribunal, conselho superior da magistratura, ordem dos advogados
 - Fontes: advogados, funcionários do Tribunal, agentes da autoridade, os litigantes, observadores de tribunal treinados, decisões escritas, súmulas
 - Ferramentas: questionários, entrevistas, observação
 - Voluntária ou obrigatória
 - Resultados apenas para o juiz ou tornados públicos



Conduta e Disciplina Judicial

CONSTITUIÇÃO dos ESTADOS UNIDOS

Artigo III, Seção I: Os Juízes “conservarão seus cargos enquanto bem servirem”

Artigo II, Seção IV: Os Juízes somente serão afastados de suas funções por “delitos ou crimes graves”

LEGISLAÇÃO

Lei de Conduta e Incapacitação do Judiciário de 1980

Divulgação Financeira (5 U.S.C §101-112)

Limites de Renda Externa (5 U.S.C. §501-505)

Desqualificação (28 U.S.C. §455)

CÓDIGO DE CONDUTA DOS JUIZES DOS ESTADOS UNIDOS

Adotado pela Conferência Judiciária dos Estados Unidos

Regras não vinculativas

Comitê Colegiado Judicial: Pareceres sobre Códigos de Conduta

Lei de Conduta e Incapacitação do Judiciário:

Litigante, advogado, membro do público, ou o Juíz Responsável do Círculo podem apresentar queixa junto da Secretaria do Tribunal de Recurso do Círculo sobre má conduta judicial (*conflito de interesses, preconceitos, atrasos injustificados, ou qualquer violação ética; não simplesmente desacordo com a decisão do tribunal*).

O Juíz Responsável do Círculo revê a queixa e pode indeferir ou consultar o Comitê Especial para investigação. Descobertas enviadas para o Conselho Judicial do Círculo.

Se for encontrada violação, o Conselho poderá instituir “medidas corretivas” (sem novos casos, aconselhamento informal, censura, advertência) ou consultar a Conferência Judiciária. Se consultada, a Conferência Judiciária irá rever e poderá enviar para a Casa dos Representantes para investigação.

A Casa dos Representantes investiga e pode exercer destituição. Se o juiz for destituído, o caso é referido para julgamento perante o Senado. Se condenado por $\frac{2}{3}$ do Senado após o julgamento, o juiz é afastado do cargo.

Em 2014 houve 15 destituições e 8 condenações de juízes dos EUA.

Os tribunais e os meios de comunicação

- Transparência
 - Início de um processo, registros do Tribunal, decisões publicadas
- Constituição dos Estados Unidos
 - Discurso (1ª Emenda)
 - Julgamento justo (6ª Emenda)
- Obrigações éticas
 - Os juízes devem "evitar comentários públicos sobre o mérito de uma ação pendente ou iminente..." *Código de conduta judicial 3A(6)*
 - Pode fazer declarações públicas "no decurso de... deveres oficiais, para explicar os procedimentos judiciais, ou... (para) efeitos do ensino jurídico".
- Banco – Barra – comissões de imprensa/públicas e programas
 - Comunicação para promover uma comunicação e compreensão exata, responsável

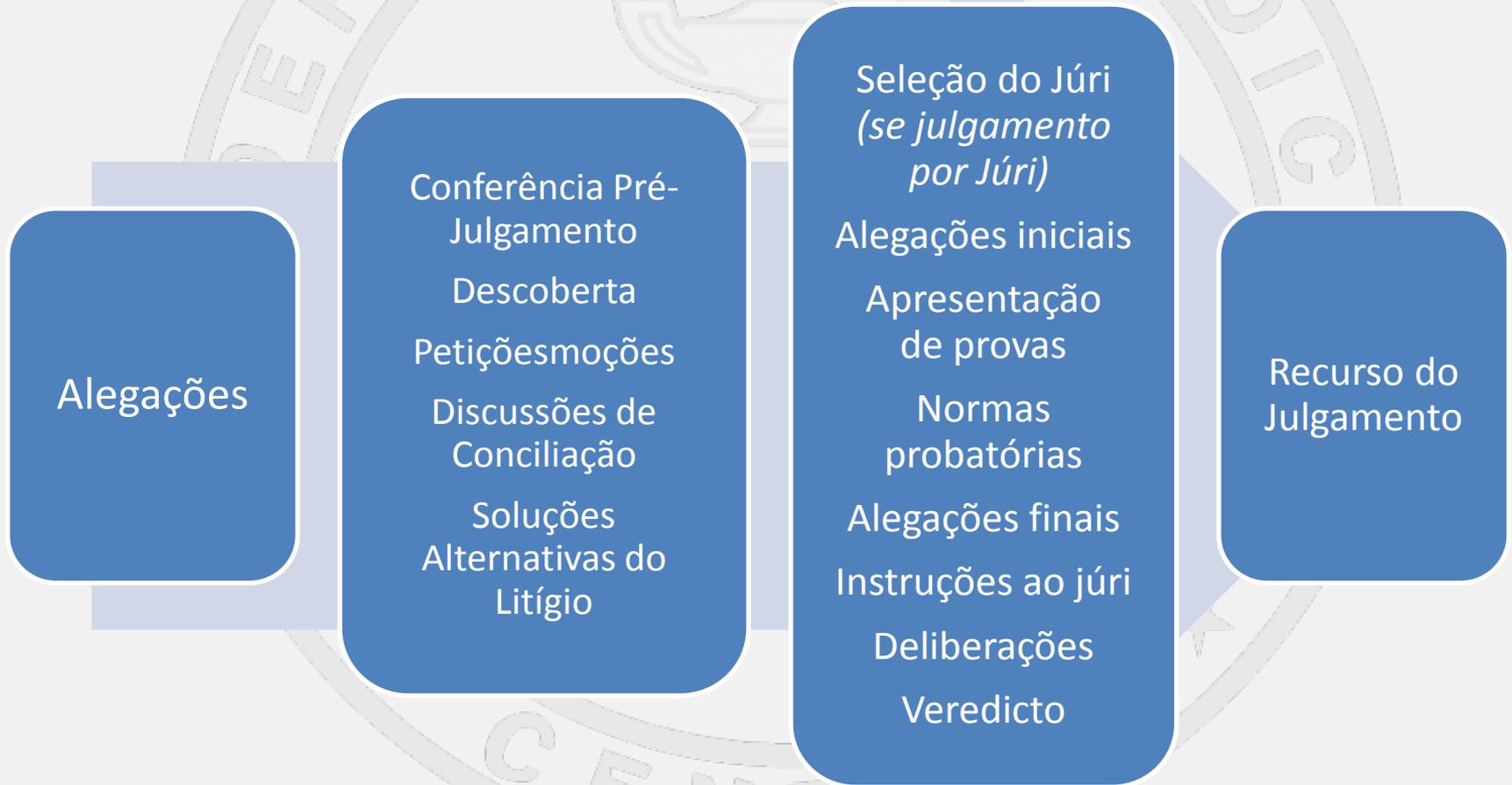


Práticas Judiciárias nos EUA

- Direito comum
 - Precedente
 - Estatutos
 - Regras de procedimento e probatórias
- Procedimentos do tribunal
 - Sistema Acusatório
 - Papel de juízes e advogados
 - Julgamentos
 - Júri ou juiz
 - Julgamento contínuo (dias consecutivos com adiamentos limitados)
 - Transcrição textual



Tramitação de um processo civil



Conferência pré-julgamento

(casos cíveis)

- Ferramenta de gestão de processos
 - Facilita o processo judicial eficiente
 - Revisão: declarações, defesas, testemunhas, provas, deliberações legais
 - Pode discutir o acordo
 - Estabelecer cronograma
- Série de reuniões
 - Um advogado deve comparecer e apresentar relatórios
 - Pedido de agendamento e prazos
 - Conferência final antes do julgamento



Elementos da gestão de processos

- Controlo judicial do processo
 - Cada processo atribuído a um juiz
 - Esclarece o que é esperado dos advogados
 - Monitoriza o progresso do processo
- Firmes prazos credíveis
 - Definir cedo
 - Com base no tipo de processo (*gestão de processo diferencial*)
- Julgamento *contínuo* (ininterrupto)
- Delegação de funções não-judiciais
- Forte administração central do tribunal
 - Sistema de gestão de informação centralizada

Transparência e gestão de casos

- Atribuição aleatória ponderada de casos
- Dados estatísticos
 - Negócios judiciais dos tribunais dos Estados Unidos
 - Gestão de estatísticas do Tribunal Federal
- Lei de reforma da Justiça civil de 1990
 - Relatório semestral elaborado pelo gabinete administrativo usando o software de gestão de processos automatizados
 - Todas as propostas pendentes há mais de 6 meses
 - Todos os julgamentos de não-júri indecisos há mais de 6 meses
 - Todos os processos cíveis pendentes há mais de 3 anos
 - Adicionado pelo poder judiciário: recursos de falência e segurança social pendentes há mais de 6 meses
 - Estatísticas discriminadas por Tribunal, juiz, caso
 - Objetivo: reduzir os custos e os atrasos, ajudar com alocação de recursos
- Os Tribunais circulam relatórios internos: casos, taxas de disposição
- Escrutínio pelos meios de comunicação

Resolução alternativa de litígios

- Os Tribunais federais devem oferecer RAL
 - Os tribunais distritais têm discricção sobre o tipo de programa
- Tipos de resolução de litígios nos tribunais dos EUA
 - Mediação é o mais comum
 - Alguns distritos também oferecem uma avaliação neutra antecipada, arbitragem, semana de resolução ou julgamentos sumários
- Consentimento das partes
 - Alguns tribunais exigem o consentimento das partes
 - Em muitos tribunais, os juízes têm autoridade para enviar as partes para RAL para todos ou determinados tipos de casos
- Custos
 - As partes normalmente, mas nem sempre, são obrigadas a pagar taxas de mediação
- Prestadores RAL
 - Painel de mediadores, externo neutro, mediador de pessoal do Tribunal, juízes

Litigantes auto representados em processos cíveis *(Pro Se)*

- Sem direito a advogado nomeado pelo Tribunal
- Direito de aparecer sem um advogado
 - Tribunal Federal: direito estatutário (*28 U.S.C. § 1654*)
 - Algumas exceções (*por exemplo, empresas, ações de classe*)
 - Ano fiscal 2013: Arquivados 77.311 casos pro se (*2/3 casos de prisioneiros - condições de confinamento*)
 - Os tribunais do Estado: acesso à justiça
 - os relatórios de regimes diferem por Estado
 - Muitos Estados têm pelo menos um litigante pro se em mais de metade de certos tipos de casos (*por exemplo casos de direito de família na Califórnia e New Hampshire e audiências civis na Florida*)
- Recursos do Tribunal
 - Os tribunais fornecem alguma assistência processual, mas não assessoria jurídica
 - Os tribunais também podem disponibilizar manuais, instruções e formulários

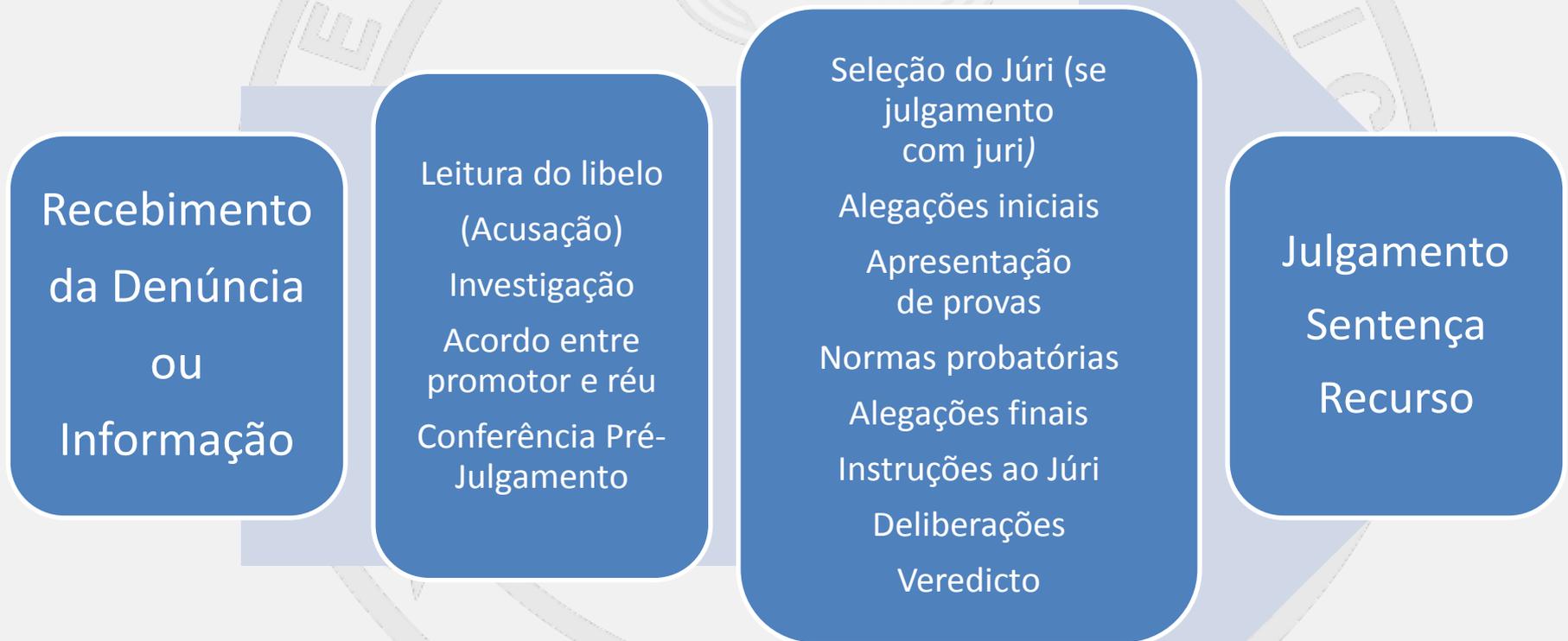
A MANUAL FOR *Pro Se* LITIGANTS APPEARING
BEFORE THE UNITED STATES DISTRICT COURT FOR
THE SOUTHERN DISTRICT OF NEW YORK



January 2011

Published and Copyrighted © by
the District Executive's Office
United States District Court
Southern District of New York

Tramitação de um processo criminal



Acordo em Promotor e Réu (Plea Bargain)



Passo 1

Negociações entre acusação e defesa: o acusado concorda em admitir a culpa em troca da redução da pena.



Passo 2

A proposta de acordo é apresentada ao juiz para aprovação. Juiz pode rejeitar a proposta.



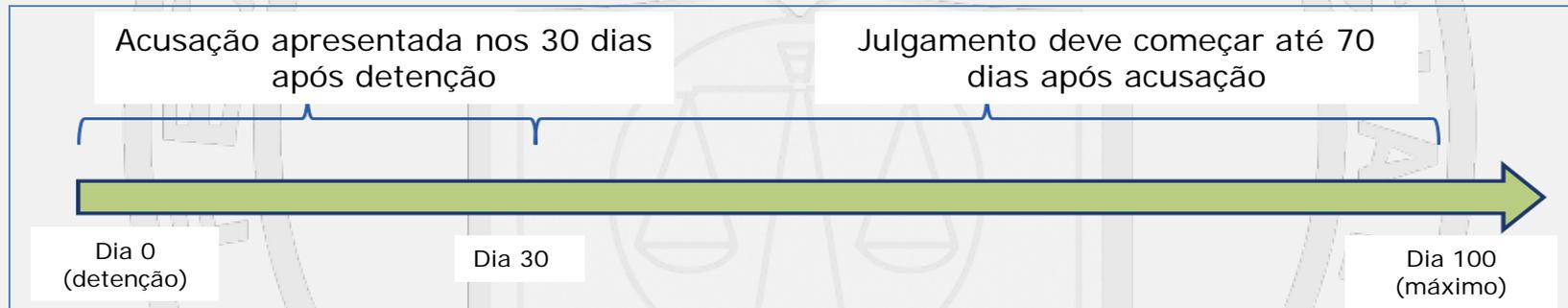
Passo 3

Se o acordo vingar, o juiz em audiência questionará o acusado para verificar sua idoneidade, entendimento do procedimento e que não foi forçado à admissão de culpa.

A grande maioria dos casos criminais nos tribunais federais resulta em acordo entre o promotor e o réu.

Julgamento Célere

- Sexta Emenda da Constituição Americana: "Em todos os processos criminais, o acusado terá direito a um julgamento rápido e público..."
- Lei do Julgamento Rápido "Speedy Trial Act" (1974): prazos para a conclusão de etapas pela acusação.



- Um arguido pode, e muitas vezes o faz, consentir em parar o "relógio do julgamento rápido".
- O prazo também pára em razão de decisões (petições) antes do julgamento, de indisponibilidade do arguido ou de testemunha-chave, ou de interposição de recurso (agravo).
- O desrespeito aos prazos, por parte da acusação, pode resultar na extinção do processo.

O julgamento com júri: histórico

Histórico

- Inglaterra (1166): processo formalizado de 12 homens para ajudar juízes reais a fazer determinações legais importantes
- EUA pré-revolucionários: a desconfiança da autoridade executiva

Constituição dos Estados Unidos (1787)

- Artigo 3º: "O julgamento de todos os crimes, exceto em casos de impedimento; será feito por júri; e tal julgamento deve ser realizado no Estado onde os referidos crimes foram cometidos..."
- 7ª Emenda: Julgamento por júri em casos civis envolvendo indenização em dinheiro



Júri em casos criminais e civis

Criminal (> 6 meses de prisão)

Civil (indenização em dinheiro)

	Criminal (> 6 meses de prisão)	Civil (indenização em dinheiro)
Grande júri/ Audiência preliminar	O Promotor apresenta provas para determinar se existe uma "causa provável" de que o indivíduo cometeu um crime 16-23 pessoas; 12 devem concordar	Nenhum
Tribunal de júri	12 pessoas (alguns estados permitem que os júris criminais sejam menores)	6-12 pessoas
Veredicto	Unânime* * Oregon e Louisiana não requerem unanimidade.	Unânime, a menos que as partes concordem num veredicto por maioria
Sentença/ Danos	Juiz Júri em casos capitais (pena de morte)	Júri, mas juiz pode modificar

Convocação do júri e seleção

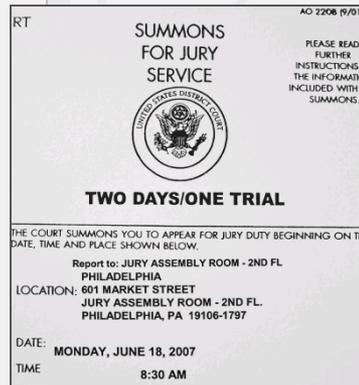
Intimação

Seção transversal do público

–A seleção aleatória dos eleitores e motoristas inscritos

Isentos do serviço de júri:
militares ativos,
bombeiros,
polícias,
funcionários públicos

Adiamento por dificuldades



Seleção

Voir dire: Juiz, advogados, ou ambos questionam os potenciais jurados para determinar a sua adequação

Objetivo do *voir dire* é excluir pessoas com preconceitos

Júri e suplentes (2-3) selecionados

95% de todos os casos de júri terminam em cinco dias ou menos

Orientações de penas dos EUA



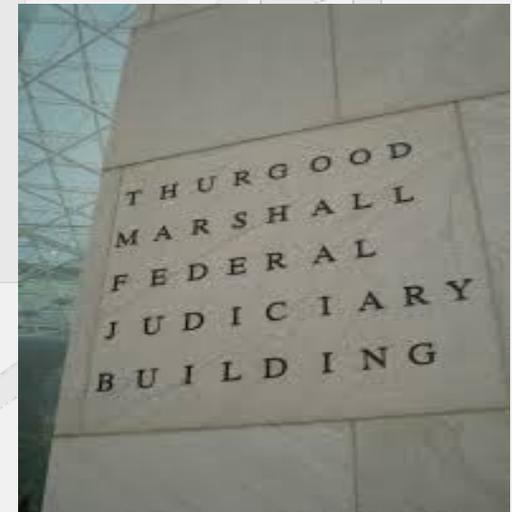
- Comissão de penas dos Estados Unidos
 - Agência federal independente no poder judiciário
 - O Presidente nomeia 7 membros votantes, incluindo 3-4 juízes
 - Estabelece diretrizes nacionais de condenação para ajudar os juízes federais
 - Recolhe e analisa informações sobre o crime e a condenação
 - Fornece conclusões e recomendações ao Congresso e ao público
- Orientações de penas
 - Consultado por juízes quanto à forma e à gravidade da punição
 - Aconselhado, não é obrigatório
 - Destina-se a promover a equidade através da proporcionalidade
 - Desenvolvido para evitar disparidades na condenação injustificadas para os infratores em situação semelhante
 - Permite flexibilidade judicial
 - Fatores agravantes e atenuantes relevantes
 - Reflete o objetivo de proferir sentença e conhecimento atual do comportamento humano

Tribunais de reentrada

- Princípios de resolução de problemas para reduzir a reincidência
 - Vigilância intensiva
 - Tratamento de drogas, aconselhamento de emprego, terapia de comportamento cognitivo
- Envolvimento do Tribunal
 - Autoridade, estrutura, responsabilidade, consequências (*sanções e incentivos*)
 - Juiz envolvido no início; sessões de tribunal regularmente agendadas, frequentes
 - Os participantes podem participar como um grupo
- Características
 - Elegibilidade: alto risco de reincidência
 - Triagem e avaliação
 - Práticas baseadas em evidências
 - Equipa (*juiz, liberdade condicional, tratamento profissional, promotor, advogado de defesa*)
- Avaliações do programa
 - Impacto positivo na prevenção de reencarceramento, melhorar a segurança da Comunidade, poupar dinheiro

Federal Judicial Center

- Estabelecido por lei em 1967
- Órgão do Poder Judiciário
- Mandato: ensino e pesquisa
- Conselho
 - Juiz-Presidente, 7 juízes, Diretor AO
- Diretor
 - Indicado pelo Conselho
- Quadro de pessoal: 120
(2014)
- Orçamento: US\$26.200.000 (2014)



Educação de adultos: a fundação

- Competência
 - Conhecimentos, capacidades, valores
 - Objetivos de aprendizagem com base em provas relacionadas com as responsabilidades profissionais
- Orientado por tarefas
 - Objetivos relevantes, práticos
- Aluno empenhado, ativo, auto-orientado
 - "Apropriação" do programa
 - Aprendizagem pela experiência
 - Facilitação não instrução

Tópicos em Estudos Judiciais

Identificados em consulta aos Comitês de Aconselhamento

- Ética judicial
- Direito substantivo
- Provas
- Sentenças criminais
- Escrita de opiniões
- Gestão de casos
- Administração de tribunais
- Habilidades de sala de audiência
- Uso de Tecnologia de Informação
- Ciência e Tecnologia

Necessidades educativas em evolução



Reformas de sentenças penais



Direito da propriedade intelectual

Questões emergentes da neurociência



eDiscovery



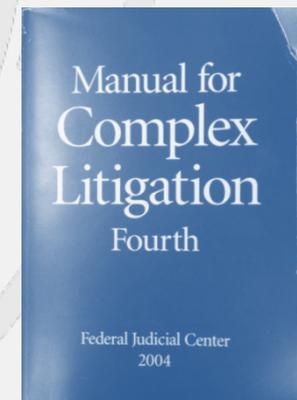
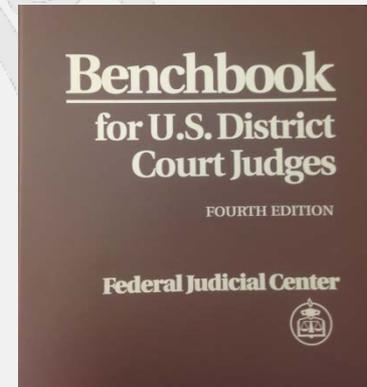
Workshops e Seminários

- Orientação
 - 2 sessões de uma semana de duração
 - Programa inicial para grupo pequeno (*habitualmente 10 a 14 juízes*)
- Educação Continuada
 - Geral
 - 2 a 3 dias, em diferentes cidades dos EUA
 - Especializada
 - Frequentemente em parceria com universidades
 - Direito ambiental, direito laboral, propriedade intelectual, habilidades de mediação, ciência e tecnologia, questões de segurança nacional, etc.
- Faculdade: juizes e peritos
- Avaliações de programa
- Programas não obrigatórios



Publicações do FJC

- Manual "*Benchbook*" para Juízes Federais
- Manual de redação judiciária
- Problemas recorrentes em julgamentos criminais
- Gestão de casos e mediação ("ADR")
- Manual "*Deskbook*" para Juízes-Presidentes
- Manual de referência para apresentação de provas científicas
- Manual de litígios complexos
- Monografias sobre questões legais
- Manuais de gestão de casos e questões Processuais



Algumas publicações são desenvolvidas com orientação a partir do comitê de aconselhamento; todas são revistas por juizes antes da publicação.

Programas para Funcionários

- Administradores de tribunal
 - Administração do tribunal
 - Liderança e supervisão
 - Capacidades de comunicação
 - Implementação de política judiciária
 - Gestão de mudança
 - Código de conduta
 - Administração de julgamentos pelo Júri
- Liberdade condicional e Serviços pré-julgamento
- Workshops, conferências, programas internos



Ensino à Distância

- Website
- Transmissão de Vídeo e Áudio
- Webconferência e Vídeoconferência
- Estúdio de Produção da FJC
- Tutoriais com base na Web



Pesquisa na FJC

Mandato: desenvolver e empreender a pesquisa analítica, empírica nos campos de operações do tribunal e da administração judiciária, muitas vezes a pedido dos políticos do poder judiciário ou do Congresso.

Os Projetos incluem:

- Gestão de casos
- Resolução alternativa de litígios
- Pesos de caso
- Tecnologia de sala de audiências
- Impacto de reforma de regras
- Uso da sala de audiências
- Programas de reentrada de infratores



Pessoa da Divisão de Pesquisa: profissionais com graus avançados nas ciências jurídicas e sociais

Centro de História do Judiciário Federal

Mandato: conduzir, coordenar e encorajar programas relacionados com a história do poder judiciário do governo dos Estados Unidos

- Estudos sobre a história do Judiciário federal
- Produção de publicações
- Dar orientação sobre a preservação de documentos dos tribunais e dos juízes
- Compilar informações estatísticas e biográficas sobre os juízes
- Dar aos educadores informações amplas sobre julgamentos federais famosos e os debates públicos a eles relacionados por meio do Projeto de Educação em História do Judiciário

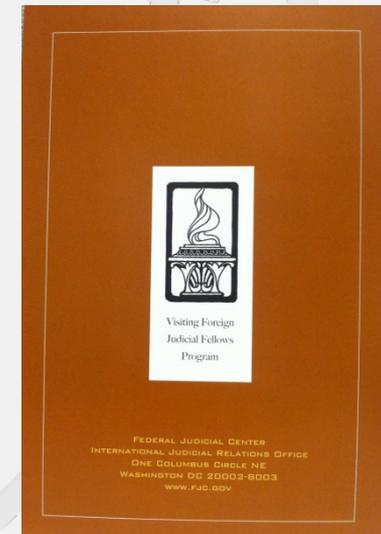


Tribunal do Condado de Carroll, 1838

Relações Judiciais Internacionais

Mandato: trocar informação sobre educação do poder judicial, operações do tribunal e estratégias para melhorar a administração da justiça com os juizes e pessoal do tribunal de outros países

- Instruções informativas
- Programas educativos
- Programa de Visitas de Pares de Judiciários Estrangeiros
- Conferências internacionais
- Assistência técnica
- Materiais
- Comitê Internacional de Relações Judiciais



Visitantes do TJJ: 2013

Em 2013, o Centro acolheu 640 visitantes de 71 países e jurisdições:

Afghanistan, Albania, Angola, Argentina, Benin, Bosnia and Herzegovina, Brazil, Bulgaria, Burkina Faso, Cambodia, Cape Verde, China, Colombia, Cote d'Ivoire, Croatia, Djibouti, Ecuador, Egypt, Estonia, Ethiopia, France, Gabon, Greece, Guinea, Hungary, Indonesia, Iraq, Jordan, Kazakhstan, Kosovo, Kyrgyzstan, Lesotho, Malaysia, Maldives, Mauritania, Mauritius, Mongolia, Nepal, Netherlands, New Zealand, Niger, Nigeria, Pakistan, Palestinian Territories, Peru, South Sudan, Russia, Saudi Arabia, Senegal, Serbia, Singapore, Slovakia, Slovenia, Somalia, South Africa, Sri Lanka, Sudan, Suriname, Swaziland, Tajikistan, Togo, Turkey, Turkmenistan, United Arab Emirates, Uganda, Ukraine, United Kingdom, Uzbekistan, Yemen, Zambia, e Zimbabwe.





CENTRO JUDICIAL FEDERAL
ONE COLUMBUS CIRCLE NE
WASHINGTON DC
20002-8003
WWW.FJC.GOV